

O Lugar da Direita na História e na Historiografia do Movimento Estudantil no Rio Grande do Sul

MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA*

Introdução

Os estudos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil são centrados, em sua grande maioria, nos movimentos de resistência ou na ação do Estado e de seus órgãos. Dessa forma, constrói-se uma história em que apenas os militares deram o Golpe em 1964 e todo o resto da sociedade sofreu com as conseqüências. Aqueles que resistiram sofreram com a repressão e, mesmo os que se acomodaram, o fizeram por medo.

Contudo, essa é apenas parte da história. Partimos do princípio de que nenhum poder se mantém apenas pela força. São necessários uma base social de apoio e um discurso legitimador (BACZKO, 1985). Nesse sentido, o Golpe e a Ditadura foram apoiados por parte da sociedade organizada.¹

A historiografia, entretanto, não reflete a importância desses movimentos sócio-políticos liberais e conservadores. Na extensa bibliografia recolhida por Carlos Fico na obra *Além do Golpe*, publicada em 2004, fica clara a disparidade na produção: enquanto temos 94 títulos, entre teses, artigos e livros, classificados como “Esquerda, Resistência, Luta Armada”, temos apenas sete cujo tema é classificado como “Empresários” e três sobre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).² Uma análise atenta dessa bibliografia revela a carência dos estudos sobre os partidos políticos de direita, sobre os setores conservadores da Igreja Católica, sobre os movimentos operário e estudantil, entre outros (FICO, 2004:139-206).

No Rio Grande do Sul, as lacunas sobre o período parecem ser ainda maiores. A historiadora Carla Rodeghero relata que, diante da tarefa de escrever um texto mais geral sobre o período no estado, ficou desanimada com a “quase inexistência de estudos” (RODEGHERO, 2008:1-2). Os trabalhos por ela coletados:

* Autor. Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES.

¹ Por esse motivo sempre farei referência a eles adicionando o adjetivo Civil-Militar.

² O IPES reuniu empresários, políticos e militares e foi fundamental na construção do Golpe.

[...] davam acesso a temas como a atuação dos grupos de esquerda e do movimento estudantil, expurgos de professores universitários, funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), perseguição aos Grupos dos Onze, composição e funcionamento da Assembléia Legislativa, movimentos sociais no campo e na cidade, etc. A atuação do executivo estadual, todavia, foi tema sobre o qual pouco se encontrou. ((RODEGHERO, 2008:2).

O estágio da produção determinou então a temática escolhida por Rodeghero: privilegiar a atuação da oposição. Seguir por esse caminho, entretanto, “não significou defender que a postura de oposição foi mais intensa do que a adesão ou à apatia frente ao grupo no poder. Estudos mais aprofundados seriam necessários para dar conta de tal questão” (RODEGHERO, 2008:3-4).

Pelo que se pode perceber pelo relato da autora, os estudos sobre o Executivo estadual e sobre os movimentos que apoiaram o Golpe e a Ditadura Civil-Militar ainda são muito escassos.

Além disso, apesar da maioria dos autores que trabalham com a Ditadura Civil-Militar atribuir um papel significativo ao movimento estudantil nas manifestações de resistência à Ditadura, seja nas grandes passeatas, seja na adesão à luta armada, o tema é pobre em trabalhos específicos, sobretudo no Rio Grande do Sul.

Nos estudos sobre o período, os estudantes são normalmente caracterizados como jovens rebeldes e utópicos movidos mais por um romantismo juvenil do que por convicções políticas. Entretanto, esses trabalhos pecam por não analisarem profundamente o movimento, não reconhecendo suas diferenças e conflitos internos. Além disso, não dispõem de um instrumental teórico para analisar o movimento, incapazes, portanto, de identificar os conteúdos de classe de suas manifestações.

É preciso afirmar ainda que o próprio período inicial da Ditadura Civil-Militar é ainda pouco estudado. Visto equivocadamente como um período brando, a Ditadura pré-AI-5 tem despertado pouco interesse nos historiadores.

A historiografia sobre o movimento estudantil no Brasil

O movimento estudantil tradicionalmente é representado como sendo homogeneamente de esquerda. Em geral, os autores omitem os grupos liberais-conservadores e dedicam poucas páginas para os momentos em que eles alcançaram a

direção de importantes entidades de representação estudantil. Esse é o caso de Artur José Poerner, para quem: “o estudante brasileiro é um opositor nato” (POERNER, 1979).³ Esse “oposicionismo nato” se explicaria pela condição específica do estudante brasileiro: primeiramente, tem que passar pelo processo altamente excludente do vestibular, para depois ingressar numa universidade arcaica, gerando uma unânime decepção no primeiranista; o estudante percebe, então, que a universidade arcaica é um reflexo da estrutura arcaica do País – “Precisamos renovar a estrutura para que a Universidade também se renove” (POERNER, 1979:33).

Partindo dessa perspectiva, não surpreende que o autor dedique apenas quatro páginas para a fase que chamou de “período Negro ou Policial da UNE”. Entre 1950 e 1956, a entidade máxima dos estudantes esteve sob a liderança da direita estudantil, cujo principal nome era Paulo Egydio Martins. Poerner pouco explica sobre essa fase da entidade, atribuindo grande parcela de responsabilidade à “infiltração norte-americana” (POERNER, 1979:181-184). Além disso, considera o engajamento na campanha do “Petróleo é Nosso” como uma tarefa da qual os dirigentes não poderiam fugir, devido aos estatutos progressistas da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para o período de 1964 a 1968, o autor praticamente ignora a ação dos grupos de direita. Isso se deve ao fato de que sua análise se baseia, sobretudo, na atuação da UNE, que efetivamente foi hegemônica pela esquerda nos anos 1960, com destaque para a Ação Popular (AP).

Antônio Mendes Jr., que, assim como Artur Poerner, também tinha exercido militância estudantil, utiliza os mesmos argumentos no seu livro *Movimento estudantil no Brasil*. Destacando a influência externa, dá pouco destaque à “‘fase negra’ da UNE” (MENDERS JR., 1981:55-57).

Num texto bem mais recente, de autoria da historiadora Dora Isabel Paiva da Costa e do cientista social Augusto Caccia-Bava, pesquisadores do Grupo de Estudos da Juventude do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara, essas posições são reafirmadas. Se, por um lado, os autores reconhecem a participação juvenil em movimentos como o Integralismo e a *Tradição, Família e Propriedade* (TFP), a tônica geral do texto é de destacar a

³ O livro, pioneiro na temática, publicado originalmente em 1968, faz um apanhado geral do movimento estudantil, do Período Colonial aos anos 1960.

“audácia juvenil” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004:70). Não se menciona o “tempo de Paulo Egydio” ou a atuação da direita estudantil nos anos 1960.

Ao contrário do que faz crer essa historiografia, o movimento estudantil não teve um caráter homogêneo, como destaca Daniel Aarão Reis Filho. Em um capítulo escrito para o livro *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha*, o autor afirma que não raro os estudantes “têm assumido papéis conservadores e mesmo reacionários” (REIS FILHO, 2008:65). O autor ainda ressalta que a “direita liberal estudantil” seria forte no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, entre outros estados.

O primeiro historiador a dar destaque para a direita estudantil foi João Roberto Martins Filho, no livro *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*, baseado em sua dissertação de mestrado, defendida em 1986. O autor destaca que as posições “antipopulares e elitistas” já eram defendidas por estudantes na Primeira República (MARTINS FILHO, 1987:16). Criticando a posição dos autores que enxergam nos estudantes um “caráter sempre ‘progressista’ ou ‘revolucionário’” (MARTINS FILHO, 1987:39), Martins Filho não apenas aponta a “hegemonia liberal elitista na UNE” da primeira metade dos anos 1950, mas considera a participação dos grupos liberais elitistas e de direita na conjuntura do Golpe.

As contribuições de Daniel Aarão Reis Filho e João Roberto Martins Filho quanto à importância em se considerar a direita estudantil dentro da diversidade do movimento, entretanto, não renderam estudos específicos.

A historiografia sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Sul

Relativamente ao Rio Grande do Sul, os trabalhos sobre o movimento estudantil ainda são escassos. As primeiras obras a fazerem referência ao movimento vieram de fora da academia, a partir das memórias de militantes. Em 1982, Índio Vargas publica *Guerra é guerra, dizia o torturador*. O autor havia participado das primeiras articulações de resistência, comandadas por Brizola e outros exilados, a partir do Uruguai. Vargas cita a participação de duas lideranças da Ação Popular (AP), Betinho e Aldo Arantes, este último ex-presidente da UNE, nessas tentativas de insurreição. Índio Vargas conta ainda os episódios de 1968, como a ocupação da Faculdade de filosofia da

UFRGS, onde era aluno. Por fim, ao relatar sua passagem pelos presídios do estado, faz comentários sobre os militantes estudantis com os quais esteve preso (VARGAS, 1982).

Ainda em 1982 é publicado *O riso dos torturados*, de autoria de Jorge Fischer, que militou no grupo Marx, Mao Marighela e Guevara (M3G). Fischer, assim como Vargas, também revela informações sobre os estudantes ao relatar sua participação na luta armada e sua passagem pelos órgãos de repressão (FISCHER, 1982).

João Carlos Bona Garcia publicou *Verás que um filho teu não foge à luta*, em 1989. No livro relata sua participação no movimento estudantil em Passo Fundo e Porto Alegre, bem como a sua adesão a luta armada, participando do Partido Operário Comunista (POC) e da Vanguarda Popular Revolucionário (VPR) (GARCIA; POZENATO, 1989).

Já no final dos anos 1990, o militante secundarista Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez lança suas memórias sobre o título de *A guerrilha Brancaleone*. Este se constitui no mais completo dos relatos sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Sul. As manifestações de rua, a relação entre o movimento secundarista e o movimento estudantil universitário, as disputas internas do movimento, as pautas específicas dos militantes do colégio Júlio de Castilhos, a repressão policial, a radicalização do movimento em 1968 e a opção pela luta armada são alguns dos temas abordados na obra (GUTIÉRREZ, 1999).

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o movimento só surgiram nos anos 2000. Em 2004, uma dissertação sobre o tema foi defendida no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nela, Bruna Neves Alves apresentou uma análise sobre os discursos construídos pela mídia impressa sobre o movimento estudantil. Ao utilizar os jornais como fonte principal, a autora abordou os estudantes liberais elitistas, considerando as diferenças de tratamento que esses possuíam em relação aos estudantes de esquerda. Contudo, Bruna Alves não pontuou diretamente as manifestações, pautas e disputas do movimento – pois se tratava de uma análise das representações e não da ação política dos estudantes (ALVES, 2004).

No ano seguinte, dentro do mesmo programa de pós-graduação, Fábio Marçal abordou o movimento estudantil secundarista em Porto Alegre, centrado no colégio Júlio de Castilhos. O trabalho do autor merece destaque, pois entende o ativismo

estudantil em sua diversidade, analisando não apenas os estudantes de esquerda, mas também alguns grupos de direita que atuavam dentro do colégio, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e a Tradição, Família e Propriedade (TFP) (MARÇAL, 2005).

Em 2009 saíram outras duas dissertações relacionadas ao tema. Janaína Dias Cunha, no Programa de Pós Graduação da Unisinos, ao analisar o processo de Reforma Universitária, acabou por citar a posição do movimento estudantil sobre o assunto (CUNHA, 2009). Já no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, Jaime Mansan realizou uma pesquisa sobre os expurgos de professores da UFRGS, relatando também a posição do movimento estudantil, bem como o controle realizado pela instituição sobre os estudantes (MANSAN, 2009).

Todos os trabalhos mencionados trazem contribuições importantes para o estudo do movimento estudantil. Entretanto, a pesquisa dessa temática ainda é incipiente no Rio Grande do Sul.

Os estudos sobre o movimento estudantil no Brasil enfocam, quase em sua totalidade, as correntes de esquerda que dele participaram. Dessa forma, apagam-se da história aqueles que apoiavam projetos conservadores, como os que defenderam e legitimaram o Golpe Civil-Militar. Com essa construção, o estudante é visto como inerentemente revolucionário, como se a contestação fizesse parte de sua essencial social, o que não sobrevive a um exame mais aprofundado do tema.

Alguns apontamentos sobre a direita estudantil no Rio Grande do Sul

Contudo, apesar da historiografia não abordar com destaque a atuação das direitas no movimento estudantil, elas foram bastante ativas no Rio Grande do Sul.

Em seu trabalho de conclusão de graduação, que tinha como tema os movimentos sócio-políticos, tanto à direita quanto à esquerda, na conjuntura do Golpe Civil-Militar no Rio Grande do Sul, Rafael Fantinel Lameira aponta a ação do movimento estudantil de direita já em abril de 1961. Na ocasião, ocorriam no estado manifestações de repúdio à invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, por exilados cubanos com apoio dos Estados Unidos da América, contando com a participação de estudantes e trabalhadores. Apesar da tônica quase geral em defesa da autodeterminação dos povos,

um grupo autodenominado “Estudantes Livres de São Leopoldo”, divulgou nota na imprensa condenando a participação de “inocentes úteis” em comício pró-Cuba. Além disso, afirmavam que os “direitos do homem” estavam sendo massacrados por Che e Fidel e por isso apoiavam a ação dos contra-revolucionários (LAMEIRA, 2008:44).

As direitas estudantis (liberais elitistas ou conservadoras) não ficaram apenas no protesto escrito. No mês seguinte, grupos de estudantes se manifestaram contra a visita de Luís Carlos Prestes ao estado. Confrontos com os comunistas e com a polícia ocorreram em todas as cidades pelas quais Prestes passou: Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Porto Alegre (LAMEIRA, 2008:47).

No contexto da propaganda anti-Goulart, setores conservadores dos estudantes voltam a se manifestar. Em fevereiro de 1964, a União dos Estudantes de Novo Hamburgo denunciou o financiamento de atividades subversivas por parte da UGES(LAMEIRA, 2008:113). Fazia parte do clima denunciista que precedeu o golpe. No mês seguinte, o Movimento Democrático Universitário (MDU) protestou contra a “baderna e subversão da ordem” (LAMEIRA, 2008:122). No dia primeiro de abril, ainda com a situação indefinida, foi a vez da “Mocidade Livre e Democrática do Rio Grande do Sul” lançar uma manifesto, já em apoio ao golpe (LAMEIRA, 2008:144).

Segundo Martins Filho, após o golpe, organizações de direita não conhecidas e pouco representativas, ocuparam as interventorias quando as direções das entidades que estavam com a esquerda foram depostas (MARTINS FILHO, 1987:82). No Rio Grande do Sul, as intervenções iniciaram logo após a vitória golpista, com o objetivo de desmobilizar os setores mais combativos. No meio estudantil, interventores atuaram na União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES),⁴ na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),⁵ na Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP), na Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS),⁶ na Universidade de Passo Fundo,⁷ na União Estadual de Estudantes (UEE),⁸ no DCE da UFRGS.⁹

⁴ Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM), *Correio do Povo (CP)*, 16 de abril de 1964.

⁵ AHSM, *CP*, 17 de abril de 1964.

⁶ AHSM, *CP*, 19 de abril de 1964.

⁷ AHSM, *CP*, 03 de maio de 1964.

⁸ AHSM, *CP*, 04 de novembro de 1964.

⁹ AHSM, *CP*, 23 de dezembro de 1965.

Paulo Pires, por exemplo, tornou-se delegado da UEE após assinar nota dos estudantes de medicina da UFRGS, criticando o Centro Acadêmico do curso por seguir a “linha comunista da UNE”, que no governo anterior “tramavam [...] a implantação de uma ditadura Nazi-Fasci-Comunista”.¹⁰ Paulo Gouvêa da Costa, outro delegado da UEE, já ocupava a diretoria da FEUP, “não esquerdista e autenticamente democrática”.¹¹ É interessante notar que, apesar de representarem uma posição crítica à esquerda, ambos os delegados criticaram o governo quando esse apontou para a extinção das entidades estudantis. Desejava-se um movimento livre dos comunistas, mas não o fim das entidades.

No final de 1965 já é possível perceber uma rearticulação da esquerda no movimento estudantil, a partir da luta contra a chamada Lei Suplicy e contra a política de intervenção e repressão do governo civil-militar. No início de 1966, respondendo à rearticulação da esquerda, é realizado em Capão da Canoa um congresso dos “líderes universitários gaúchos de correntes não esquerdistas”,¹² culminando com a formação do movimento Decisão. O Decisão foi formado a partir da união do Movimento Democrático Renovador com o Movimento Cultural de Afirmação Democrática. O secretário executivo eleito foi Paulo Luís Gazola, do curso de Engenharia da UFRGS, e Paulo Sarkis, presidente do DCE da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assumiu como assessor executivo. No documento elaborado no encontro, o movimento deixa clara a sua posição em defesa da propriedade privada e define como objetivo a formação de uma consciência e uma elite universitária.

Essa divisão do movimento estudantil também é significativa nas cidades do interior do estado. É o que nos apontam os textos de Diorge Konrad (2006) e Maria Oliveira (2007) para a cidade de Santa Maria, as memórias de Bona Garcia para a cidade de Passo Fundo (1989) e o trabalho de Marília Silveira para a cidade de Pelotas (2010).

As eleições para as entidades estudantis do estado em 1966 marcaram a vitória da esquerda na UFRGS e na PUC, mas foi derrotada no Diretório Estadual de Estudantes (DEE), criado pela Lei Suplicy. Enquanto crescia as manifestações de rua

¹⁰ AHSM, CP, 19 de abril de 1964.

¹¹ AHSM, CP, 23 de abril de 1964.

¹² AHSM, CP, 23 de janeiro de 1966.

dos estudantes de esquerda, nos anos de 1967 e 1968, não faltaram críticas por parte dos liberais elitistas e conservadores. No segundo semestre de 1968, os protestos de rua contra a ditadura arrefeceram no estado, e a direita reconquistou várias das entidades, seja por vitória eleitoral, seja por deposição das direções de esquerda pelas Reitorias.

Considerações Finais

A perspectiva que privilegia apenas o estudo da esquerda pode levar a falsa conclusão de que o Golpe e a Ditadura foram resultados apenas da ação dos militares, isentando de responsabilidade a sociedade civil.

Contudo, a concepção do movimento estudantil como inerentemente de esquerda é errônea. No Brasil, em geral, e no Rio Grande do Sul, em particular, setores liberais-elitistas e conservadores tiveram uma atuação importante na conjuntura de propaganda golpista, bem como de legitimação da Ditadura Civil-Militar. Esses estudantes conquistaram diversas entidades, organizaram manifestações e tentaram se articular em âmbito estadual.

A importância desses setores, entretanto, não se reflete na produção historiográfica. No Rio Grande do Sul, a historiografia do movimento estudantil em geral é escassa, e no que diz respeito aos grupos que não fizeram oposição ao Golpe de 1964 ou à Ditadura Civil-Militar, a lacuna é ainda maior, refletindo o panorama nacional dos estudos sob essa perspectiva.

Bibliografia

ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado em História.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In. LEACH Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira In. CACCIA-BAVA, Augusto; Pàmpol, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (orgs.). *Jovens da América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CUNHA, Janaína Dias. *A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a Ditadura Civil-Militar brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FISCHER, Jorge. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.

GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

KONRAD, Diorge Alceno. Seqüelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, v. 1.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio grande do Sul*. Santa Maria: UFSM, 2008. Trabalho de conclusão de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado.

MANSAN, Jaime Valim. *Os Expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARÇAL, Fábio. “64, 66, 68, um mau tempo talvez...” Um estudo sobre o movimento estudantil no “Julinho” atuante na construção de “1968”. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação de Mestrado em História.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MENDES Jr., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Maria Margareth Freitas. O movimento estudantil universitário de Santa Maria de 1960 a 1968. In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA, 2007.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 3., 2008, São Leopoldo. In. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 4 ed. Porto Alegre: Tchê: 1985.